

Discursos (de partidos) políticos: construção de sentidos para a educação

João Moisés Cruz & Alexandra Sá Costa

Resumo

Este artigo analisa os discursos políticos sobre educação produzidos pelos partidos políticos portugueses com assento parlamentar na Assembleia da República durante a primeira sessão legislativa da XIV legislatura (2019-2023). Pretendemos, com essa análise, compreender e discutir os sentidos atribuídos à educação pelos diferentes partidos, contribuindo para o estudo da construção discursiva do campo político da educação. Recorrendo à Análise de Discurso como método de análise, mais concretamente à Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe, e partindo de uma perspectiva da política como *campo de contingência* e de *mudança social*, analisam-se os discursos com recurso a um dispositivo de análise que integra os conceitos de *ponto nodal*, *articulação* e *momento*. Discute-se a forma como os discursos político-partidários se constituem como discursos de autoridade, através da utilização de uma linguagem que promove o bem comum e universal e que procura revestir esses discursos de um carácter de indiscutibilidade. A *luta discursiva* dos partidos para fixar os sentidos de educação, evidenciada pela análise, permitiu discutir diferentes propostas de mudança social, bem como o carácter de autoridade desses discursos. As conclusões refletem a construção do sentido político para a educação realizada por cada um dos partidos.

Palavras-chave:

discurso político; poder; análise de discurso; educação.

Political (party) discourses: construction of meanings for education

Abstract: This article analyses the political discourses on education produced by the Portuguese political parties with a parliamentary seat in the Portuguese Parliament during the first legislative session of the XIV legislative term (2019-2023). We intend, with this analysis, to understand and discuss the meanings attributed to education by the different parties, contributing to the study of the discursive construction of the political field of education. Using Discourse Analysis as a method of analysis, more specifically Laclau and Mouffe's Discourse Theory, and from a perspective of politics as a *field of contingency* and *social change*, the discourses are analysed using an analytical device that integrates the concepts of *nodal point*, *articulation* and *moment*. We discuss how party-political discourses are constituted as discourses of authority through a language that promotes the common and universal good and seeks to clothe such discourses with a character of indisputability. The *discursive struggle* of the parties to fix the meanings of education, evidenced by the analysis, allowed discussions about different proposals for social change and the authoritative character of these discourses. The conclusions reflect the construction of the political sense for education carried out by each party.

Keywords: political discourse; power; discourse analysis; education

Les discours (des partis) politiques : construction de significations pour l'éducation

Résumé : Cet article analyse les discours politiques sur l'éducation produits par les partis politiques portugais ayant un siège parlementaire au Parlement portugais au cours de la première session législative de la XIVe législature (2019-2023). Nous avons l'intention, avec cette analyse, de comprendre et de discuter les significations attribuées à l'éducation par les différents partis, en contribuant à l'étude de la construction discursive du champ politique de l'éducation. En utilisant l'analyse du discours comme méthode d'analyse, plus spécifiquement la théorie du discours de Laclau et Mouffe, et dans une perspective de politique comme *champ de contingence* et de *changement social*, les discours sont analysés à l'aide d'un dispositif analytique qui intègre les concepts de *point nodal*, d'*articulation* et de *moment*. Nous discutons de la manière dont les discours des partis politiques sont constitués en discours d'autorité par l'utilisation d'un langage qui promeut le bien commun et universel et qui cherche à revêtir ces discours d'un caractère d'indisputabilité. La *lutte discursive* des partis pour fixer les significations de l'éducation, mise en évidence par l'analyse, a permis des discussions sur les différentes propositions de changement social, ainsi que sur le caractère autoritaire de ces discours. Les conclusions reflètent la construction du sens politique de l'éducation menée par chacun des partis.

Mots-clés : discours politique ; pouvoir ; analyse du discours ; éducation.

Discursos (de partidos) políticos: construcción de significados para la educación

Resumen: Este artículo analiza los discursos políticos sobre la educación producidos por los partidos políticos portugueses con escaño parlamentario en el Parlamento portugués durante la primera sesión legislativa de la XIV legislatura (2019-2023). Pretendemos, con este análisis, comprender y discutir los significados atribuidos a la educación por los diferentes partidos, contribuyendo al estudio de la construcción discursiva del campo político de la educación. Utilizando como método de análisis el Análisis del Discurso, más concretamente la Teoría del Discurso de Laclau y Mouffe, y partiendo de una perspectiva de la política como *campo de contingencia* y *cambio social*, se analizan los discursos mediante un dispositivo analítico que integra los conceptos de *punto nodal*, *articulación* y *momento*. Se discute cómo los discursos político-partidarios se constituyen como discursos de autoridad a través del uso de un lenguaje que promueve el bien común y universal y que busca revestir a dichos discursos de un carácter de indisputabilidad. La *lucha discursiva* de los partidos por fijar los significados de la educación, evidenciada por el análisis, permitió discutir las diferentes propuestas de cambio social, así como el carácter autoritario de estos discursos. Las conclusiones reflejan la construcción del sentido político para la educación llevada a cabo por cada uno de los partidos.

Palabras clave: discurso político; poder; análisis del discurso; educación.

Introdução

O propósito deste artigo é mapear o posicionamento relativamente à educação dos nove partidos eleitos para a Assembleia da República (AR)¹ nas Eleições Legislativas de 2019, que ocorreram a 6 de outubro, analisando na sua produção discursiva como constroem esse posicionamento.

Os discursos dos partidos políticos constituem-se como discursos de autoridade devido à forma como são construídos, ou seja, através de uma linguagem promotora do interesse comum e do bem universal, ocultando a heterogeneidade de interesses (Codd, 1988), procurando estabelecer uma determinada forma de ver o mundo e mascarando os infinitos modos alternativos de o ver. Neste sentido, são produtores de influência para determinar finalidades sociais da educação (Ball, 1994). A sua autoridade reside na credibilidade que advém da posição institucional do orador, esperando-se que por ocupar essa posição possua conhecimentos e competências que autorizam a sua fala (Monte & Oger, 2015).

A procura pela naturalização e pela universalidade dos discursos dos partidos tem o intuito de dissuadir a discussão e o questionamento. Contudo, analiticamente, é necessário isolar os discursos desse intento, uma vez que estes não nascem de um vazio ideológico ou social, antes relacionam-se com os contextos em que surgem. Na análise e desconstrução de discursos oficiais, estes devem ser vistos como artefactos ideológicos (Codd, 1988) “construídos dentro de um (con)texto histórico e político particular” (Magalhães & Stoer, 2005, p. 20).

Este artigo visa, justamente, entender os modos como os partidos, através do discurso, constroem o seu posicionamento e o seu lugar de autoridade relativamente à educação, procurando demonstrar que a sua posição não é universal, consensual e livre de questionamento.

A política como texto e a política como discurso

Para Ball (2006), os trabalhos que têm o político como central devem explicar o que se entende conceptualmente por política. É neste quadro que o autor estabelece a distinção entre a *política como discurso* e a *política como texto*:

Os discursos políticos (e uso aqui o termo no sentido Foucaultiano, como uma prática regulada que se refere a afirmações, em vez do sentido linguístico da linguagem em uso) produzem quadros de sentido e de evidência nos quais a política é pensada, falada e escrita. Os textos políticos são definidos no âmbito desses quadros que constroem, mas nunca determinam todas as possibilidades de ação. (p. 44)

Na dimensão da política como texto, Ball (2006) segue a ideia defendida por Codd (1988) de que, para “qualquer texto, uma pluralidade de leitores produz uma pluralidade de leituras” (p. 239). Os autores das políticas procuram, por conseguinte, antever ao máximo e controlar os sentidos dos textos. Torna-se fundamental entender que os efeitos das políticas não podem ser, simplesmente, retirados da leitura do texto. É nesta consideração que a política enquanto discurso deve ser entendida:

Precisamos de ter em conta o modo como conjuntos de políticas, ou políticas relacionadas, exercem poder através da produção de “verdade” e “conhecimento”, enquanto discursos. (...). Os discursos referem-se ao que pode ser dito e pensado, mas também determinam quem pode falar, quando, onde e com que autoridade. (...). Assim, são construídas determinadas possibilidades de pensamento. (Ball, 2006, p. 48)

Podemos entender a política como discurso na perspectiva de que a linguagem é mais do que mera reflexão e transmissão de mensagens sobre o mundo em que vivemos; ela é construtora de sentidos e de visões do mundo (Codd, 1988; Olssen et al., 2004). A elaboração de políticas constitui-se no exercício de poder através da linguagem que é utilizada para legitimar determinada ação ou projeto de mudança.

Política: discurso, contingência e mudança social

Entendemos que este projeto de mudança só pode ser pensado se localizarmos a política na dimensão discursiva de que fala Ball (2006). O conceito de discurso diz respeito não só à linguagem, mas a todos os fenómenos sociais. O social é, por isso, significativo e hermenêutico, possuindo infinitas formas que se traduzem em múltiplas verdades, impossibilitando que um fenómeno social tenha apenas um único sentido. (Laclau & Mouffe, 2014). Tal não significa que fenómenos naturais ou materiais não existam, mas que “o nosso acesso a eles é sempre mediado por sistemas de sentido na forma de discursos” (Jørgensen & Phillips, 2002, p. 35). Para Laclau e Mouffe (2014), o discurso é, em si mesmo, material e todas as práticas sociais são *articulações*, porque reproduzem ou alteram atribuições comuns de sentido.

Esta reprodução ou alteração na atribuição de sentidos é um ato político. A política, para a Teoria do Discurso, é entendida como

a maneira através da qual constantemente constituímos o social em caminhos que excluem outros caminhos. As nossas ações são articulações contingentes, isto é, fixações temporárias de sentido num terreno incerto que reproduzem ou alteram os discursos existentes e a organização da sociedade. (Jørgensen & Phillips, 2002, p. 36)

O resultado destes processos é a absoluta contingência do campo político, constituindo-se os processos que nele ocorrem como projetos de mudança social (Magalhães & Stoer, 2005). Dado que a fixação total e definitiva de sentido não é possível, os discursos estarão sempre sujeitos a novas formas de *articulação* e, conseqüentemente, a novos sentidos e novas formas de organização das sociedades (Laclau & Mouffe, 2014). Neste artigo pretendemos destacar a *luta discursiva* existente entre discursos de diferentes partidos, procurando fixar o sentido da educação e evidenciar que o posicionamento discursivo de cada um não é neutro nem universal.

Procuraremos, em seguida, enquadrar a análise realizada aos discursos dos partidos políticos e a discussão dos sentidos que constroem, mostrando, sumariamente, como a hegemonização do discurso neoliberal tem vindo a influenciar as políticas educativas.

Estado, educação e conhecimento

Em determinados momentos históricos há discursos que surgem como hegemónicos (Laclau & Mouffe, 2014) e que marcam a produção de sentidos e estruturas sociais. O discurso neoliberal tem vindo a dominar a agenda política internacional desde os anos 1980, provocando profundas alterações nos modos de vida das sociedades e nas dinâmicas do Estado às quais os sistemas educativos não escapam.

Portugal é influenciado por estas alterações na medida em que, sendo um país da semiperiferia do sistema económico mundial, a modernização da sociedade portuguesa passa pela “internacionalização da sua economia, tendo aqui a educação também um papel importante a desempenhar” (Stoer, 2002, p. 34).

Contudo, segundo Afonso (2002), o neoliberalismo na educação nunca se afirmou de forma inequívoca em Portugal como aconteceu noutros países, referindo-se o autor a um “neoliberalismo educacional mitigado”. Esta mitigação é revelada por um conflito na educação traduzido no desenvolvimento da escola meritocrática ao mesmo tempo que se defendia a consolidação da escola oficial para todos: a “simultânea crise e consolidação da escola de massas em Portugal” (Stoer, 2008; Stoer & Araújo, 1992).

Abordagem metodológica

A análise do discurso é um conjunto teórico-metodológico com abordagens distintas em função de premissas epistemológicas quanto ao papel da linguagem, de modelos teóricos e de propostas metodológicas e técnicas de análise (Jørgensen e Phillips, 2002). A abordagem utilizada neste trabalho foi a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (2014).

O limite temporal definido para análise foi a primeira sessão legislativa da XIV legislatura (2019-2023), iniciada em outubro de 2019 e terminada em setembro de 2020, de modo a abranger uma sessão completa.² Os textos para análise foram recolhidos na página eletrónica do parlamento e foram constituídos por debates em Reuniões Plenárias (integralmente transcritos no Diário da AR e com intervenções de vários partidos), Projetos de Resolução e Projetos de Lei³ referentes à escolaridade obrigatória, por ser a única de frequência universal.⁴ No total, foram analisados integralmente os textos de 14 debates realizados em Reuniões Plenárias, 18 Projetos de Resolução e cinco Projetos de Lei.

A constituição do *corpus* de análise obrigou a mapear os textos produzidos e, posteriormente, a organizá-los considerando o seu conteúdo. Deste processo de categorização surgiram os temas explicitados no Quadro 1.

Quadro 1

Constituição do corpus de análise: temas e intervenções de cada partido (n)

TEMAS	PS	PSD	BE	PCP	CDS	PAN	PEV	CH	IL
Escola como espaço de inclusão	3		1		1	1	1	1	
Transição digital/ digitalização escolar	1	2			1	1	1		
Eliminação das reprovações no ensino básico	2	4	2	2	4	1	1		
Liberdade de escolha da escola									1
Políticas para a educação	1	3	2	1	1	1		1	
Gratuidade dos manuais escolares	1	1	2	1		1		1	
Gestão democrática das escolas	1	1	2	2		2	1	1	1
Disciplina de cidadania e desenvolvimento						1		1	

Recorrendo à Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (2014), construímos um dispositivo de análise utilizando os conceitos de *ponto nodal*, *articulação* e *momento*.

Foram definidos os *pontos nodais*, ou seja, significantes privilegiados em torno dos quais os *momentos* se organizam, e que são o conceito central na organização do discurso (Laclau & Mouffe, 2014). Tendo em conta que os *pontos nodais*, isoladamente, são vazios, considerámos também importante definir os *momentos*, signos cujo sentido foi parcialmente fixado, através das *articulações*, ou seja, a prática pela qual uma fixação parcial de sentido é conseguida.

Eis um exemplo da operacionalização do dispositivo de análise:⁵

Pugnamos pela recuperação do **modelo de gestão democrática**, assegurando a existência de uma direção colegial eleita entre pares (...) único [modelo] que assegura uma *visão pedagógica que encara a escola como um local de aprendizagem, de participação cívica e um espaço agregador de várias sensibilidades*.

Uma construção política da educação

Apresentamos agora as evidências discursivas decorrentes da análise dos textos e intervenções plenárias dos partidos, referentes àquilo que consideramos ser o *ponto nodal* dos diversos discursos e procurando, seguidamente, esboçar uma interpretação do sentido de educação que cada partido constrói no seu discurso.

Quadro 2
Partido Socialista

Temas	Articulações	Ponto Nodal
Transição digital/ digitalização escolar	“Digitalização de instrumentos pedagógicos” “Mundo marcado pela complexidade e incerteza” “Investimento no conhecimento e nas qualificações”	Desafios societais
Gratuidade dos manuais escolares	“Escola pública e Estado social para todos” “Concretização constitucional da progressiva gratuidade do ensino” “Manuais gratuitos como um direito”	Progressiva gratuidade do ensino
Escola como espaço de inclusão	“A educação para a cidadania em todos os níveis de escolaridade” “Batalha pela igualdade e para não determinação do futuro pela condição social” “Inclusão, inovação pela qualificação e o emprego”	Sociedade assente no conhecimento
Eliminação das reprovações no ensino básico	“Resultados” “A escola tem de fazer com que todos os alunos saibam” “Retenção fora dos anos terminais é uma medida excepcional”	Sucesso Escolar
Gestão das escolas	“O atual modelo não é antidemocrático nem os órgãos colegiais são coletivismo” “Adequação ao processo de descentralização e flexibilização curricular”	Autonomia das escolas
Políticas para a educação	“A escola pública tem vindo a progredir” “A escola ainda não está a compensar as desigualdades” “PISA” “Demonstra questões essenciais na educação”	Escola pública

A análise dos discursos permite-nos avançar com uma discussão do sentido de educação presente nos discursos do PS (Quadro 2), onde parece haver uma *luta discursiva* interna pela fixação de um sentido. Por um lado, o PS aproxima-se de uma lógica de educação que se pode designar de emancipatória quando, por exemplo, através da escola pública, atribui ao Estado um papel fundamental na defesa da equidade e não determinação do futuro pela condição social – uma posição baseada na social-democracia e na conceção de educação como desenvolvimento pessoal e integração cidadã na sociedade (Olssen et al., 2004).

Por outro lado, as referências à sociedade do conhecimento e aos desafios que levanta, desde logo a urgência da digitalização, a inclusão pelo emprego, o destaque dado aos resultados e o apoio a modelos de gestão escolares centralizados e unipessoais evidenciam no discurso do PS influências de matriz discursiva do neoliberalismo. A centralidade do conhecimento no desenvolvimento social e económico dos Estados-nação, atribuindo à escola um papel essencial na difusão desse tipo de conhecimento (Robertson, 2006), bem como a gestão escolar baseada numa lógica de eficácia, eficiência e de controlo de qualidade (Lima, 2002), introduz na escola a lógica do mercado, integrando todos, independentemente das suas diferenças, no modelo de competitividade, eficácia e resultados (Dale, 1994).

Quadro 3
Partido Social-Democrata

Temas	Articulações	Ponto Nodal
Transição digital/ digitalização escolar	“Preparação para o mercado de trabalho” “Escola Digital” “Inovação”	Competências digitais
Gratuidade dos manuais escolares	“Nenhum aluno carenciado deve ficar excluído, quer seja da pública ou da privada” “Manuais escolares gratuitos para todos os alunos da escolaridade obrigatória”	Injustiça de discriminar pela escola
Eliminação das reprovações no ensino básico	“Facilitismo é o contrário de exigência” “Ausência de conhecimento é um fator discriminador e lesivo para o futuro” “Escola que prepare para um mundo em constante mutação”	Escola que prepare para a vida profissional
Gestão das escolas	“Onde todos mandam, ninguém é responsável” “Autonomia na gestão das escolas” “A liderança influencia o sucesso dos alunos”	Liderança
Políticas para a educação	“A política educativa do Governo está a hipotecar o futuro dos jovens no nosso país” “Desinvestimento nas escolas” “Autonomia das escolas” “Gerir o ensino e valorizá-lo”	Desinvestimento público

A análise do discurso do PSD (Quadro 3) evidencia a total permeabilização à matriz discursiva do neoliberalismo na medida em que se concebe a escola como um espaço de transmissão de competências com valor de uso no mercado de trabalho: “ao modelo de competência cognitiva como emancipação, parece substituir-se um arquétipo de competência adaptativa às exigências do mercado de trabalho, transformado agora na arena central onde o desenvolvimento (pessoal e social) dos indivíduos acontece” (Magalhães & Stoer, 2005, p. 46). A centralidade está no conhecimento padronizado, reconhecendo-se que os inadaptados serão discriminados, e na capacidade dos alunos o reproduzirem. Há um afastamento da conceção da escola como espaço de participação democrática e de emancipação, bandeiras do discurso da social-democracia clássica (Olssen et al., 2004).

Quadro 4
Bloco de Esquerda

Temas	Articulações	Ponto Nodal
Gratuidade dos manuais escolares	“Lógica comercial associada à edição e produção de manuais” “Preceito constitucional da gratuidade da escola pública”	Condição de igualdade
Escola como espaço de inclusão	“Persistem manifestações de racismo estrutural” “Fragilidade no combate à discriminação”	Fragilidade das políticas públicas
Eliminação das reprovações no ensino básico	“A retenção não é o método mais eficaz para melhorar as aprendizagens” “Escola pública como local para dar resposta à multiplicidade e diversidade cultural”	Cultura de retenção
Gestão das escolas	“Escolas tornam-se locais de exercício de poderes absolutos de uma pessoa” “Autonomia e flexibilidade curricular” “Eleição de órgãos de gestão por um colégio eleitoral”	Autonomia e democracia na gestão e administração das escolas
Políticas para a educação	“Vinculação dos professores e funcionários, manuais escolares gratuitos e diminuição do número de alunos por turma” “Modelo de deduções fixas para as despesas de educação”	Defesa da escola pública

O discurso do BE (Quadro 4) revela um sentido para a educação que procura ser contra-hegemónico relativamente ao neoliberalismo, concebendo a educação como um espaço que deve primar pelo exercício da cidadania e da democracia quer nos conteúdos curriculares, quer na gestão das escolas. Com claras afinidades com a noção de Estado Providência, defende a escola pública através de políticas sociais

e posiciona-se contra os atuais métodos de avaliação, que visam a homogeneidade (Ardoino & Berger, 1986). O discurso do BE alinha-se, precisamente, com o reconhecimento de que a educação deve primar pela defesa da diversidade:

Se a escola passou a receber alunos de classes sociais diversificadas e com características culturais também elas diferentes, seria legítimo pensar que teria de se organizar, ao nível dos processos de desenvolvimento do currículo e da avaliação das aprendizagens, para responder a essa diversidade e heterogeneidade. (Marinho et al., 2013, p. 308)

Quadro 5
Partido Comunista Português

Temas	Articulações	Ponto Nodal
Gratuidade dos manuais escolares	“Escola pública universal, gratuita e democrática para todos” “Constituição”	Plano nacional de valorização da escola pública
Eliminação das reprovações no ensino básico	“Professores devem ter todas as ferramentas e todos os meios para, pedagogicamente, definirem e avaliarem cada caso” “Fim dos exames” “Redução do número de alunos por turma”	Escola como mecanismo de reprodução de desigualdades sociais
Gestão das escolas	“A autonomia para a escola não é mais do que uma autonomia para fazer o que a tutela pretende” “Gestão orientada por princípios de burocratização e assentes na concentração de poderes” “Gestão democrática assente na colegialidade, elegibilidade e participação”	Eleição democrática na gestão das escolas
Políticas para a educação	“Precariedade, subfinanciamento, despedimentos” “Falta de gestão democrática, desvalorização dos trabalhadores, reprodução de desigualdades”	Investimento na escola pública

O sentido para a educação que se evidencia no discurso do PCP (Quadro 5) revela a sua conceção materialista do mundo e da educação como um bem público, tanto no fornecimento como no acesso. Reivindica maior investimento na escola pública e o fim da precariedade, condições essenciais para o desenvolvimento harmonioso do processo de ensino-aprendizagem. Revela ainda uma oposição à política neoliberal, nomeadamente na defesa de um modelo de gestão escolar baseado na colegialidade dos órgãos dirigentes, criticando um modelo que reforça o poder central e mitiga a autonomia, que mais não é do que uma recentralização de poderes por controlo remoto (Lima, 2002).

Quadro 6*Centro Democrático Social – Partido Popular*

Temas	Articulações	Ponto Nodal
Transição digital/ digitalização escolar	“Vale tecnológico de apoio à compra de computador” “Capacitação dos professores em relação à nova forma de ensinar” “Ensino digital”	Competências digitais
Escola como espaço de inclusão	“Alargamento da ASE a todos os estudantes em condições semelhantes aos do público” “Ficam de fora alunos desfavorecidos do ensino privado”	Discriminação
Eliminação das reprovações no ensino básico	“Facilitismo” “Autonomia e flexibilização curricular” “Pensamento feito pelas sociedades científicas e não pela política” “Cultura de trabalho, esforço e exames”	Autonomia das escolas
Gestão das escolas	“O papel do Estado e o papel da escola é respeitar o direito das famílias a educar” “Democracia e coletivismo são coisas muito diferentes” “Existência de um órgão unipessoal de gestão”	Coletivismo
Políticas para a educação	“Problemas com falta de funcionários é estrutural” “Portaria de rácios para resolver a falta de funcionários”	Falta de funcionários nas escolas

A análise do discurso do CDS-PP (Quadro 6) leva-nos a considerar que existe uma forte influência da matriz discursiva do neoliberalismo no sentido de educação que se constrói. Esta marca é notória, por exemplo, na defesa da liberalização do acesso à educação, na primazia dada às famílias e no seu financiamento para que possam escolher onde colocar os filhos. Defende um ensino voltado para os resultados e para as competências, baseado na meritocracia e numa conceção de autonomia que potencie a melhoria de resultados escolares. É uma autonomia que funciona

como um instrumento para a construção de um mercado educativo, descentralizado, concorrencial e autónomo. Neste caso, as medidas tomadas pelo governo sobre a autonomia das escolas teriam como principal finalidade a desregulação da intervenção do Estado. (Barroso, 2004, p. 63)

É relevante referir a prioridade dada às “sociedades científicas”, ao invés do pensamento político, numa valorização da técnica e do conhecimento, tido como o novo motor das economias (Robertson, 2006). Denota-se uma ideia de mercado que se suplanta à política como espaço de tomadas de decisão e de construção das sociedades,

em especial na educação, num processo de despolitização da educação provocado pelos mercados (Dale, 1994).

Quadro 7

Pessoas-Animais-Natureza

Temas	Articulações	Ponto Nodal
Transição digital/digitalização escolar	“Governo deve assegurar o acesso aos materiais digitais” “Transição digital como imperativo” “Processo de transformação educativa, académica e social” “Parcerias com empresas e entidades não governamentais”	Transição digital
Escola como espaço de inclusão	“Afrodescendentes” “Maior encaminhamento para cursos profissionais” “Olhar para os manuais escolares de forma crítica” “Estudos sobre a discriminação étnico-racial” “Inclusão” “Transição para o mercado de trabalho para alunos com necessidades específicas”	Direito a oportunidades iguais para todas as crianças
Eliminação das reprovações no ensino básico	“Conteúdos estão em desacordo com o nível de desenvolvimento das crianças” “Análise de programas curriculares”	Redução de conteúdos
Gestão das escolas	“Modelo de gestão democrática com uma direção colegial eleita entre pares” “Escola como espaço de participação cívica e agregação de sensibilidades” “Diretor numa lógica de gestão burocrática e autocrática”	Modelo de gestão democrática
Disciplina de cidadania e desenvolvimento	“A cidadania é um valor fundamental para o funcionamento das sociedades” “Vivemos num mundo global, plural, mutável, que exige mais que conhecimentos académicos” “Os argumentos contra esta disciplina é reduzir a consciência individual e coletiva”	Capacidade de adaptação constante
Políticas para a educação	“Portugal não tem um planeamento prospetivo para a profissão docente” “Colocação de profissionais, resposta às necessidades, educação inclusiva”	Seleção e recrutamento do pessoal docente

Na análise ao discurso do PAN (Quadro 7) parece evidente a *luta discursiva* dentro do próprio partido para construir uma política para a educação. Por um lado, concebe a escola como um espaço de democracia, visível na defesa da colegialidade da gestão, de discussão de ideias, de pluralidade, de atenção e cuidado com o outro.

Por outro, assume a transição digital como imperativo, articulando-a com a existência de um processo de transformação social que, não sendo caracterizado, é retoricamente assumido e naturalizado pelos discursos que colocam a escola como o meio para o desenvolvimento económico. A *articulação* da transição digital com parcerias entre a escola e entidades que lhe são externas enfatiza essa mesma posição.

O PAN convoca uma perspectiva única no debate parlamentar sobre as reparações, considerando que a obrigação de competir e de ser o melhor, porque o futuro depende disso, causa ansiedade e stress nos alunos, retirando-lhes condições para uma aprendizagem saudável. Bruner (1996) defendeu que muitas sociedades se tornaram tão preocupadas com critérios formais de desempenho e com as exigências burocráticas da escola como instituição que esqueceram o lado pessoal contido na educação.

Quadro 8

Partido Ecologista Os Verdes

Temas	Articulações	Ponto Nodal
Transição digital/ digitalização escolar	“Digitalização” “Desmaterialização dos manuais escolares”	Melhorias para o ambiente
Escola como espaço de inclusão	“A educação é um pilar estruturante de uma sociedade” “Papel fundamental na formação dos indivíduos” “Sistema de educação agregador” “Diversidade social e currículo antirracista”	Apostar na escola como vertente de combate ao racismo
Eliminação das reparações no ensino Básico	“A educação é a condição do desenvolvimento sustentável e da conquista de um mundo mais justo” “Investir na escola pública é investir na qualificação dos portugueses e no desenvolvimento futuro do País”	Desinvestimento
Gestão das escolas	“Diretor torna-se o todo-poderoso da escola” “Escola democrática” “Dirigida por órgãos colegiais, participada por todos e promotora de sucesso” “A escola é um espaço onde acontecem aprendizagens e participação cívica”	Órgãos de direção de gestão das escolas eleitos democraticamente

A análise ao discurso do PEV (Quadro 8) deixa visível o seu sentido ecologista, desde logo na defesa da digitalização como positiva, com vista à desmaterialização dos manuais escolares ou articulando a democraticidade da escola com um modelo de desenvolvimento sustentável. O sentido de educação aponta para uma escola pública

promotora do desenvolvimento sustentável e da justiça social, bem como, enquanto espaço privilegiado de combate a diversas formas de discriminação e à promoção da democracia, desde logo pela gestão dos estabelecimentos de ensino por órgãos colegiais. Parece ir ao encontro de Lima (2005, pp. 22-23): “o exercício da democracia participativa também no interior das organizações formais, é indispensável à democratização política e social, bem como à emergência de cidadãos enquanto sujeitos democráticos autónomos”.

Quadro 9
Partido Chega!

Temas	Articulações	Ponto Nodal
Gratuidade dos manuais escolares	<p>“A gratuidade dos manuais só para alunos do público é discriminação”</p> <p>“A exclusão dos alunos das escolas particulares e cooperativas é ilegal, inconstitucional e incompreensível”</p>	Gratuidade dos manuais escolares a alunos das escolas particulares e cooperativas
Escola como espaço de inclusão	<p>“O Estado não pode programar a educação segundo diretrizes filosóficas ou ideológicas”</p> <p>“Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o género de educação a dar aos filhos”</p> <p>“A ideologia de género é contrária ao modelo de família da Constituição”</p>	Efeitos nefastos da ideologia de género no desenvolvimento das crianças
Gestão das escolas	<p>“Gestão democrática”:</p> <ul style="list-style-type: none"> - “Modelo de balbúrdia” - “Proposta de sindicatos” - “Sem autoridade” 	Autoridade
Disciplina de cidadania e desenvolvimento	<p>“Conteúdos da esfera da intimidade pessoal que em nada contribuem para o desenvolvimento harmonioso dos filhos”</p> <p>“Conteúdos de matéria cívica e moral não podem ser impostos à liberdade de consciência”</p> <p>“Não é necessária porque os alunos têm sucesso académico e estão integrados nas comunidades”</p>	Conteúdos concentrados nas matérias cívica e moral
Políticas para a educação	<p>“Artes criativas”</p> <p>“Desenvolvimento cognitivo e da perceção multissensorial das crianças e jovens”</p> <p>“Contribui para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem e ajuda nas fases e etapas do ensino”</p>	Desenvolver as mais diversas competências

A análise do discurso do CH (Quadro 9) indica-nos um sentido para a escola centrado no ensino de competências académicas e afastando-a de assuntos do foro da cidadania, função que remete para os pais e não para o Estado. Parece emergir, assim, uma conceção de cidadania centrada numa crise moral da família (Araújo, 2007), para a qual a escola tem contribuído. Contudo, é curioso notar que a defesa da não ingerência do Estado se restringe à educação para a cidadania, dado que o CH exige que o Estado intervenha, através de financiamento da escola privada, numa visão positiva do Estado enquanto criador de condições para a competição entre escolas, típica do discurso neoliberal (Olssen et al., 2004).

Quadro 10
Iniciativa Liberal

Temas	Articulações	Ponto Nodal
Liberdade de escolha da escola	“Alternativas” “Preconceito ideológico” “Deixar os alunos escolher”	Escolas com condições
Gestão das escolas	“Liberdade de escolha dos pais” “Autonomia das escolas e a flexibilidade curricular” “Centralizar decisões e variar formas de governo” “Novos projetos educativos”	Liberdade de escolha dos pais

No seu discurso, a IL (Quadro 10) considera que a autonomia das escolas ou a flexibilidade curricular, para promoverem uma educação de qualidade, devem ser acompanhadas pela liberdade de escolha dos pais. É uma perspetiva fortemente influenciada pela matriz discursiva do liberalismo clássico, que, segundo Olssen et al. (2004), constrói uma conceção negativa do Estado: não cabe a este interferir ou providenciar educação como um bem público, mas financiar as famílias para que possam escolher as “melhores” escolas onde colocar os filhos, atribuindo ao Estado o papel de regulador da oferta de serviços educativos.

Considerações finais

Pela construção discursiva dos partidos relativamente ao mandato endereçado ao sistema educativo podemos delinear o posicionamento dos mesmos num *continuum* pedagogia/performance (Magalhães & Stoer, 2005). O CH, a IL, o CDS e o PSD tendem para a prevalência e priorização da performance. Em sentido contrário, encontram-se o PCP, o BE, o PAN e o PEV. O PS surge no meio do *continuum*, num híbrido entre pedagogia e performance que pode ser visto como pedagogia através da performance, uma vez que, em última instância, o que conta são os resultados.

A análise dos discursos permite-nos, também, encetar uma reflexão sobre a relação do Estado com a educação. O PS aproxima-se dos partidos autoidentificados como estando à sua esquerda e que consideram que a educação, enquanto direito constitucional, deve ser fornecida pelo Estado. À direita no hemiciclo, as posições são distintas: o PSD, CDS e CH aproximam-se na ideia de criar condições para a competição entre escolas; a IL defende não ser responsabilidade exclusiva do Estado o fornecimento da educação.

A autonomia divide os partidos da mesma forma, regressando o PS a uma posição híbrida: os partidos situados mais à direita no hemiciclo defendem um modelo de gestão unipessoal e controlada pelo centro, que permita aferir responsabilidades, argumentando que a autoridade é necessária para o regular funcionamento das escolas. Também defendem a autonomia das escolas na procura de soluções que permitam melhores aprendizagens, ou seja, uma autonomia que procura desenvolver as performances.

Os partidos situados no lado esquerdo do parlamento defendem a eleição de órgãos de gestão colegiais que envolvam a participação da comunidade educativa nas tomadas de decisão. Mais uma vez, o PS surge entre estas duas posições, não se opondo a um modelo de gestão unipessoal nem aos órgãos colegiais.

A compreensão do sentido que é dado ao discurso, colocando em evidência a *luta discursiva* que se estabelece entre os diferentes partidos relativamente à educação, permite-nos salientar as afinidades discursivas e as distinções que se estabelecem entre conjuntos de partidos. O PSD, o CDS-PP, o CH e a IL têm nos seus discursos a matriz distintiva do neoliberalismo e do liberalismo, construindo o sentido de educação através da transmissão de competências académicas e da liberdade de escolha dos pais. Já o BE, o PCP e o PEV constroem o sentido de educação como espaço de construção democrática e de justiça social. Contudo, a análise dos discursos permite também evidenciar que a construção de um mesmo sentido para a educação é realizada de forma diferente através das *articulações*.

É também importante realçar aquele que nos parece ser o contributo da *luta discursiva* ocorrida no parlamento português. A autoridade destes discursos, sendo construída através do seu lugar de produção, bem como da linguagem utilizada, tem como objetivo influenciar o processo de construção da agenda política em educação e, em última instância, as suas finalidades sociais. Este artigo procurou discutir como a autoridade destes discursos está sujeita à *luta discursiva*, ainda que estes pretendam fixar-se como hegemónicos no espaço público.

Relativamente às limitações deste estudo, as eleições legislativas ocorridas em outubro de 2019 ditaram a representação parlamentar, pela primeira vez, de três partidos que se afirmaram publicamente por posições ideologicamente fortes e distintas no espectro político (CH, IL e L). No entanto, por divergências internas, a única deputada do

L passou a deputada não inscrita/independente, o que não permitiu mapear o posicionamento político do partido relativamente à educação. Adicionalmente, a opção pela análise de apenas uma sessão legislativa, ainda que permita demonstrar tendências evidenciadas pela análise, limitou as conclusões deste trabalho.

Agradecimentos

Este trabalho foi apoiado por fundos nacionais, através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do Financiamento Plurianual do CIIIE - Centro de Investigação e Intervenção Educativas (projetos com as referências UIDB/00167/2020 e UIDP/00167/2020). João Moisés Cruz é Doutorando com Bolsa atribuída pela FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia (referência 2022.11327.BD).

Notas

¹ Partido Socialista (PS), Partido Social-Democrata (PSD), Bloco de Esquerda (BE), Partido Comunista Português (PCP), Centro Democrático e Social/Partido Popular (CDS-PP), Pessoas-Aníma-Is-Natureza (PAN), Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV), Partido Chega! (CH), Iniciativa Liberal (IL), Livre (L). O discurso deste último não foi analisado uma vez que deixou de ter representação parlamentar 2 meses após a constituição da AR.

² “Os Deputados são eleitos por legislatura, período que corresponde a quatro sessões legislativas. A sessão legislativa tem a duração de um ano, decorrendo o período normal de funcionamento da Assembleia de 15 de setembro a 15 de junho”. <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/funcionamento.asp>

³ As especificidades da atividade parlamentar podem ser consultadas em <https://www.parlamento.pt/Paginas/Perguntas-frequentes.aspx>

⁴ A sessão legislativa em causa foi marcada pela emergência da pandemia COVID-19, que escolhemos não analisar dado que o objetivo em estudo era perceber a agenda trazida para a legislatura e não a reação a uma situação excepcional.

⁵ Ponto Nodal; Momento; Articulação

Referências

- Afonso, A. (2002). *O neoliberalismo educacional mitigado* numa década de governação social-democrata. In L. Lima, & A. Afonso (Eds.), *Reformas da educação pública: Democratização, modernização, neoliberalismo* (pp. 33-59). Afrontamento.
- Araújo, H. (2007). Cidadania na sua polifonia: Debates nos estudos de educação feministas. *Educação, Sociedade & Culturas*, 25, 83-116. <https://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC25/HelenaAraujo.pdf>
- Ardoino, J., & Berger, G. (1986). A avaliação como interpretação. *Pour*, 107, 120-127.
- Ball, S. (1994). *Education reform: A critical and post-structural approach*. Open University Press.
- Ball, S. (2006). *Education policy and social class*. Routledge.
- Barroso, J. (2004). A autonomia das escolas: Uma ficção necessária. *Revista Portuguesa de Educação*, 17(2), 49-83.
- Bruner, J. (1996). *The culture of education*. Harvard University Press. <https://doi.org/10.4159/9780674251083>

- Codd, J. (1988). The construction and deconstruction of educational policy documents. *Journal of Educational Policy*, 3(3), 235-247. <https://doi.org/10.1080/0268093880030303>
- Cruz, J. (2021). *Para uma construção política da educação: Análise de discursos (de) políticos* [Dissertação de mestrado, Universidade do Porto]. Repositório Aberto UP. <https://hdl.handle.net/10216/134900>
- Dale, R. (1994). A promoção do mercado educacional e a polarização do mercado educacional. *Educação, Sociedade & Culturas*, 2, 109-139. <https://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC2/2-6-dale.pdf>
- Jørgensen, M., & Phillips, L. (2002). *Discourse analysis as theory and method*. SAGE.
- Laclau, E., & Mouffe, C. (2014). *Hegemony and socialist strategy: Towards a radical democratic politics*. Verso.
- Lima, L. (2002). Reformar a administração escolar: A recentralização por controlo remoto e a autonomia como delegação política. In L. Lima, & A. Afonso (Eds.), *Reforma da educação pública: Democratização, modernização, neoliberalismo* (pp. 61-73). Afrontamento.
- Lima, L. (2005). Escolarizando para uma educação crítica: A reinvenção das escolas como organizações democráticas. In A. Teodoro, & C. Torres (Eds.), *Educação crítica e utopia: Perspetivas para o século XXI* (pp. 17-31). Afrontamento.
- Magalhães, A., & Stoer, S. (2005). *A diferença somos nós: A gestão da mudança social e as políticas educativas e sociais*. Afrontamento.
- Marinho, P., Leite, C., & Fernandes, P. (2013). A avaliação da aprendizagem: Um ciclo vicioso de "testinite". *Estudos em Avaliação Educacional*, 24(55), 304-334. <https://doi.org/10.18222/eae245520132728>
- Monte, M., & Oger, C. (2015). La construction de l'autorité en contexte : L'effacement du dissensus dans les discours institutionnels. *Mots. Les langages du politique*, 107, 5-18. <https://doi.org/10.4000/mots.21847>
- Olssen, M., Codd, J., & O'Neill, A. (2004). *Education policy: Globalization, citizenship and democracy*. SAGE.
- Robertson, S. (2006). Iludindo e configurando a economia do conhecimento. In A. Magalhães & S. Stoer (Eds.), *Reconfigurações: Educação, estado e cultura numa época de globalização* (pp. 69-72). Profedições.
- Stoer, S. (2002). Educação e globalização: Entre regulação e emancipação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 33-45. <https://doi.org/10.4000/rccs.1254>
- Stoer, S. (2008). Formar uma elite ou educar um povo? *Educação, Sociedade & Culturas*, 26, 107-110. <https://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC26/26-Formar.pdf>
- Stoer, S., & Araújo, H. (1992). *Escola e aprendizagem para o trabalho num país da (semi)periferia europeia*. Escher.

João Moisés Cruz

CIE – Centro de Investigação e Intervenção Educativas
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação,
Universidade do Porto
E-mail: up201608433@up.pt
ORCID: 0009-0000-8003-4697

Alexandra Sá Costa

CIE – Centro de Investigação e Intervenção Educativas
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação,
Universidade do Porto
E-mail: alexandra@fpce.up.pt
ORCID: 0000-0001-7562-262X

Correspondência

João Moisés Cruz
CIE – Centro de Investigação e Intervenção Educativas
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação,
Universidade do Porto
Rua Alfredo Allen, 4200-135, Porto

Data de submissão: novembro 2022

Data de avaliação: fevereiro 2023

Data de publicação: maio 2023